Quem pode fazer política de ensino de língua materna no Brasil? Uma análise do PNLD a partir do ciclo de políticas

Autoria: Luiz Eduardo Mendes Batista - - -

Resumo: A pergunta do título constitui a questão primordial de nosso trabalho cujo objetivo principal é refletir sobre como se têm feito essas políticas no Brasil. Em grande medida, a relação entre a proposição de uma política de ensino e sua implementação se dá ainda de modo polarizado e linear no Brasil. Diante disso, buscamos na abordagem de ciclo de políticas (BOWE; BALL, 1992), que rompe de modo significativo com tal linearidade, instrumentos a fim de construirmos caminhos para refletir sobre nosso problema inicial. Assim, analisaremos alguns aspectos do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – entendendo que, embora seja reconhecidamente uma política que logrou resultados positivos no Brasil concernentes à distribuição e qualidade dos livros didáticos, precisa ser problematizado do ponto de vista de quem faz, ou também deveria/ poderia fazer, essa política. Isso porque, se pretendemos uma educação – em língua materna – democrática, preconizada por autores como Rancière (2011), deveriam emergir diferentes vozes que ainda permanecem silenciadas. Ocuparemos, então, em nossa análise, o lugar de professor-pesquisador, reconhecendo os importantes deslocamentos operados sobre o objeto de ensino de língua, por meio das pesquisas linguísticas desde o século XX, sobretudo com a apropriação em âmbito didático da noção de gêneros discursivos. Mas, ainda perguntamos: o fato de os programas e parâmetros curriculares no Brasil terem se apropriado desse saber linguístico é garantia de um princípio educacional democrático, em que as vozes do aluno e do professor dialoguem com as propostas governamentais, por exemplo? Essa pergunta, aliada à principal, será oportunamente tratada, já que, no ciclo de políticas, as meras atitudes propositivas, geradoras de movimentos do tipo top-down, devem ser rejeitadas, sobretudo quando o objeto de ensino em questão – os gêneros discursivos, por exemplo –, já em sua concepção, aponta para a necessária relação dialógica dos envolvidos.